

b) Justificar ou injustificar faltas, bem como visar as relações mensais de assiduidade dos trabalhadores integrados na Direção de Planeamento Estratégico;

c) Autorizar deslocações em serviço no território nacional, dos trabalhadores integrados na Direção de Planeamento Estratégico, qualquer que seja o meio de transporte utilizado, com exceção do avião e de viatura própria, bem como os correspondentes abonos e as despesas com aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo a que os trabalhadores tenham direito, com observância das regras legalmente definidas nestas matérias e nos limites das respetivas dotações orçamentais aprovadas;

d) Autorizar a inscrição e participação em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação e outras iniciativas similares que decorram em território nacional, bem como os correspondentes encargos, no quadro da lei e dos regulamentos e planos em vigor no Turismo de Portugal, I. P.;

e) Autorizar, nos termos das normas legais aplicáveis na matéria, as deslocações ao estrangeiro que se mostrem necessárias para assegurar as ações previstas no plano da Direção no âmbito da representação junto das Organizações Internacionais do Turismo, e os encargos das mesmas decorrentes, até ao limite de Euros 5.000 (cinco mil) anuais;

f) Conduzir, no âmbito da cooperação bilateral, a negociação dos acordos de cooperação no domínio do turismo;

g) Conduzir, no âmbito da cooperação multilateral, a posição do Turismo de Portugal relativamente às matérias dos respetivos programas de trabalhos.

1 — No exercício dos poderes delegados pela deliberação n.º INT/2013/1385, de 30 de janeiro, do Conselho Diretivo, subdelego ainda na Diretora Coordenadora da Direção de Planeamento Estratégico, Dr.ª Maria do Rosário Castela Torres da Costa a competência para autorizar as despesas com as aquisições de bens e serviços até ao limite de Euros 15.000 (quinze mil), com a faculdade de subdelegação até ao limite de Euros 10.000 (dez mil), nos respetivos Diretores de Departamento.

2 — Os atos praticados ao abrigo dos poderes subdelegados nos termos dos números anteriores devem ser dados a conhecer ao signatário até ao final de cada mês, mediante a apresentação de uma súmula dos mesmos.

3 — Os limites fixados no presente despacho para efeitos de autorização de despesas incluem IVA.

4 — O presente despacho produz efeitos imediatos, ficando ainda ratificados todos os atos que, no âmbito das competências ora subdelegadas, tenham sido praticados desde 1 de outubro de 2012.

27 de novembro de 2013. — A Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro*, por delegação de competências.

207429972

## MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Gabinete do Secretário de Estado da Energia

### Declaração de retificação n.º 1329/2013

Por ter sido publicado com inexactidão o Despacho n.º 12762/2013, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 193, de 7 de outubro de 2013, retifica-se que onde se lê: “2—Os encargos com a remuneração da nomeada são assegurados pelo serviço de origem e pelo orçamento do meu Gabinete, por acordo, nos termos dos n.ºs 12 e 13 do artigo 13.º do mesmo Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.” deve ler-se: “2—O estatuto remuneratório da designada é o dos adjuntos e os respetivos encargos são assegurados pelo orçamento do meu Gabinete, nos termos do artigo 13.º do mesmo Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro.”

29 de novembro de 2013. — O Secretário de Estado da Energia, *Artur Álvaro Laureano Homem da Trindade*.

207434012

Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P.

### Despacho (extrato) n.º 15937/2013

Por despacho do Conselho Diretivo da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, I. P., e nos termos do disposto no n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, aplicável por força do n.º 2 do artigo 73.º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que Maria João Cal de Almeida Candeias Viegas Galvão concluiu

com sucesso o período experimental, na carreira/categoria de técnica superior, tendo-lhe sido atribuída a classificação final de 14,5 valores.

30 de agosto de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jaime Melo Baptista*.

207434807

### Despacho (extrato) n.º 15938/2013

#### Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado celebrado

com a engenheira Cláudia Patrícia Adriano Marques Videira

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da bolsa de recrutamento ativa decorrente do procedimento concursal aberto pelo aviso n.º 20319/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 197, de 13 de outubro de 2011, e da autorização para o recrutamento externo, concedida em 20 de maio de 2013 por despacho do Secretário de Estado da Administração Pública, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a engenheira Cláudia Patrícia Adriano Marques Videira, tendo sido mantida a remuneração atualmente auferida, entre a 3.ª e a 4.ª posição remuneratória e entre o nível remuneratório 19 e 23 da tabela remuneratória única, da carreira geral de técnico superior, a qual passa a integrar o mapa de pessoal desta Entidade Reguladora, com efeitos a partir de 15 de setembro de 2013.

20 de setembro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jaime Melo Baptista*.

207435706

### Despacho (extrato) n.º 15939/2013

#### Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, celebrado com a licenciada Mariana São Miguel Alves Fidalgo

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da conclusão do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) do INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com a licenciada Mariana São Miguel Alves Fidalgo, tendo sido colocada na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, da carreira geral de técnico superior, a qual passa a integrar o mapa de pessoal desta Entidade Reguladora, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2013.

4 de outubro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jaime Melo Baptista*.

207435455

### Despacho (extrato) n.º 15940/2013

#### Contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, celebrado com o licenciado Mário Filipe Viegas Caneira

Em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que, na sequência da conclusão do Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP) do INA — Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com o licenciado Mário Filipe Viegas Caneira, tendo sido colocado na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única, da carreira geral de técnico superior, o qual passa a integrar o mapa de pessoal desta Entidade Reguladora, com efeitos a partir de 1 de agosto de 2013.

4 de outubro de 2013. — O Presidente do Conselho Diretivo, *Jaime Melo Baptista*.

207435496

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR

Gabinete do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural

### Despacho n.º 15941/2013

1 — Ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20

de janeiro, designo, como técnica especialista do meu gabinete, para exercer funções da área da sua especialidade, a mestre Sónia Duarte Afonso, técnica superior da Direção-Geral da Política de Justiça, com efeitos a partir de 1 de dezembro de 2013.

2—Para efeitos do disposto no n.º 6 do artigo 13.º do referido Decreto-Lei, o estatuto remuneratório da designada é equivalente ao estabelecido para o cargo de adjunto.

3—Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo Decreto-Lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho.

4—Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

26 de novembro de 2013. — O Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural, *Francisco Ramos Lopes Gomes da Silva*.

### Nota Curricular

Nome: Sónia Duarte Afonso

Data de nascimento/naturalidade: 6 de agosto de 1972 – Lisboa

#### Habilitações académicas:

Mestre em Direito Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (2012)

Pós Graduação de Especialização em Ciências Jurídico-Administrativas pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2007)

Pós Graduação em Estudos Europeus pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2001)

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Lusíada (1996)

#### Atividade profissional:

outubro/2010 a novembro/2013 – Técnica Superior do Gabinete de Relações Internacionais da Direção-Geral da Política de Justiça (Ministério da Justiça). Principais responsabilidades: negociação de propostas legislativas da União Europeia no domínio da justiça civil e comercial, agente do Estado Português junto do Tribunal de Justiça da União, participação na Comissão Especial sobre Escolha de Lei nos Contratos Internacionais da Conferência da Haia de Direito Internacional Privado.

fevereiro/2010 a setembro/2010 – Técnica Superior da Direção de Serviços Jurídicos do Gabinete de Planeamento e Políticas (Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas). Principais responsabilidades: preparação de legislação na área dos regimes de apoio direto no âmbito da política agrícola comum e do regime temporário de reestruturação da indústria açucareira, participação nos grupos de trabalho para a revisão do sistema de seguros agrícolas e para a criação da bolsa nacional de terras para utilização agrícola, florestal ou silvopastoril («Bolsa de terras»), acompanhamento da notificação do auxílio de estado consubstanciado nas medidas destinadas à utilização sustentável das terras florestais do PRODER.

março/2005 a janeiro de 2010 – Técnica Superior da Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social). Principais responsabilidades: negociação de propostas legislativas da União Europeia na área das condições de trabalho, preparação de regulamentação relativa às relativas a organizações representativas dos trabalhadores e dos empregadores e a condições de trabalho.

De março de 2001 a março de 2005 – Oficial dos registos e do notariado.

De abril de 1997 a fevereiro de 1999 – Estágio e exercício de advocacia.

207431883

### Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos

#### Despacho (extrato) n.º 15942/2013

Em conformidade com o estipulado na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, torna-se público que por despacho da Diretora-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos de 24 de outubro de 2013, precedendo autorização do Secretário-Geral do Ministério da Educação e Ciência de 12 de novembro de 2013, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na carreira/categoria de técnico superior ao licenciado Paulo Alexandre Alves Martins Pereira, nos termos do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, na sua redação atual, integrando um posto de trabalho do mapa de pessoal desta Direção-Geral, com efeitos a 1 de novembro de 2013, mantendo a posição remuneratória de origem, entre a 3.ª e a 4.ª e entre o nível remuneratório 19 e 23.

27 de novembro de 2013. — O Chefe de Divisão de Recursos Humanos e Relações Públicas, *Carlos Pestana Trindade*.

207430368

### Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo

#### Aviso n.º 14965/2013

Pelo meu despacho de 20 de novembro de 2013, foi autorizada a consolidação definitiva da mobilidade interna na categoria no mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, com efeitos à data do despacho, da trabalhadora a seguir indicada, nos termos da conjugação do disposto no artigo 64.º, números 2 e 5, da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterado pelo artigo 35.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, e do n.º 2 do artigo 35.º desta lei:

Nome	Categoria	Posição remuneratória	Nível remuneratório
Francisca Salvador Caeiro Batista . . . . .	Assistente Operacional. . . . .	Entre 1.ª e 2.ª . . . . .	Entre 1 e 2.

22 de novembro de 2013. — O Diretor Regional, *Francisco Maria Santos Murteira*.

207427541

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde

#### Despacho n.º 15943/2013

Através do meu Despacho n.º 6378/2013, de 7 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 16 de maio de 2013, foi criado, no âmbito do Ministério da Saúde, um modelo de intervenção integrada sobre a violência interpessoal ao longo do ciclo de vida, com a designação de Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV), cuja coordenação, acompanhamento e execução compete a um Grupo de Acompanhamento, a funcionar na dependência da Direção-Geral da Saúde.

Atendendo a que um dos elementos do Grupo de Acompanhamento cessou a sua colaboração com o Ministério da Saúde e considerando, ainda, a abrangência crescente da intervenção no domínio da ASGVCV,

impõe-se a alteração da composição do Grupo de Acompanhamento estabelecida no n.º 12 do referido despacho, pelo que, determino o seguinte:

1 — O Grupo de Acompanhamento da Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida (ASGVCV), criado pelo meu Despacho n.º 6378/2013, de 7 de maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 16 de maio de 2013, passa a ter a seguinte composição:

*a*) Vasco Manuel Xavier de Figueiredo Prazeres, coordenador da Comissão de Acompanhamento da ASCJR, que coordena o Grupo;

*b*) Daniela de Sousa Pereira Machado, coordenadora do Grupo de Trabalho da Violência ao Longo do Ciclo de Vida, da ARS Algarve;

*c*) Maria Bárbara Vilhena Catanho de Menezes, representante do Ministério da Saúde no Grupo de Apoio ao IV Plano Nacional contra a Violência Doméstica;

*d*) Maria da Conceição Tavares Pereira de Almeida, assessora para a infância e adolescência do Programa Nacional de Saúde Mental;